

# JOÃO NERY: TRANSMASCULINIDADES, POLÍTICAS PÚBLICAS E VISIBILIDADES SUBALTERNIZADAS

Enzo Raphael da Silva Lopes<sup>1</sup>

Joanice Santos Conceição<sup>2</sup>

**Resumo:** A transmasculinidade é um termo em voga na atualidade, contudo, ao olhar os pequenos avanços, retomamos ao passado para melhor compreender as questões do tempo presente. Assim, a análise da autobiografia *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois* (2019) de João Nery, desnuda histórias de opressão de ontem e de hoje. Portanto, a partir dessa análise, este artigo tem por objetivo principal compreender de que maneira são construídas as diferenças entre as transmasculinidades em relação às masculinidades cisgêneras. A justificativa para a escolha desse tema, diz respeito às semelhanças existentes entre as vivências do João Nery com a atualidade. Sobretudo, as da época em que era ainda uma criança, em que era ridicularizado por possuir comportamentos que fugiam ao padrão normativo de gênero. Como hipótese, supomos que a masculinidade cis heteronormativa é socializada, vista e legitimada desde criança. O método que orienta o trabalho é qualitativo, apoiado nas técnicas de análise documental da obra de João Nery, dentro de uma abordagem auto-hetero-biográfica, bem como na literatura produzida sobre o tema. O presente trabalho dialoga com autores como: Judith Butler, Paul Preciado, Simone Ávila, Joanice Conceição, Berenice Bento, Amara Moira, Letícia Nascimento, dentre outros e outras. Apontamos como resultado provisório que, a socialização de homens trans implica na construção de uma masculinidade livre dos preceitos hegemônicos, por isso a transmasculinidade é uma masculinidade trans subalternizada, à medida que a hegemonia tende a deslegitimá-la e inviabilizá-la, como igualmente faz com outras formas de vivenciar as masculinidades.

**Palavras-chave:** Transmasculinidades; Gêneros; Homens trans; Transexualidades.

Recebido em: 20/01/2023

Aprovado em: 25/01/2023

---

<sup>1</sup> Graduando no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. 2023. Email: enzoraphael0031@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientadora. Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; Doutora e Mestre em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP.

## 1. INTRODUÇÃO

A trajetória do conceito de gênero tem demonstrado que a categoria tem passado por diferentes momentos e questionamentos. Inicialmente, os estudos de gênero e feminismos não contemplavam as vivências de mulheres negras e muito menos consideravam outros marcadores sociais como classe, raça e orientação sexual. E segundo Luiza Bairros (1995), isso acaba privilegiando as demandas de mulheres brancas de classe média. Bell Hooks (2019) caracteriza a mudança do pensamento feminista a partir dos questionamentos feitos por mulheres negras que não se sentiam contempladas dentro do feminismo, inclusive ela própria questiona o fato do gênero não ser o fator principal a ser considerado na vida de alguém. Ela afirma que o gênero deve ser levado em conta, mas a raça precisa figurar primeiro; em seguida a classe. Portanto no processo de hierarquização as análises devem considerar a ordem acima referida.

Seguindo a trajetória de gênero, o conceito também não considerava os homens e as masculinidades como partes a serem estudadas e incluídas nas pesquisas. Porém, se a masculinidade hegemônica estimula as disparidades sexistas, Almeida (1996) a coloca como algo central no gênero, considerando-a imprescindível na discussão do tema. Logo, é imprescindível discutir também as masculinidades.

E assim como as mulheres negras questionaram o conceito de gênero e feminismo por não se sentirem reconhecidas dentro das demandas (HOOKS, 2019), assim também a masculinidade é questionada pelos homens por não enquadrar outros tipos de masculinidades, em especial as masculinidades subalternizadas, dentre as quais, as trans.

Tais conceitos se apresentavam e, em certa medida, ainda seguem de forma universal e estática dentro das categorias. Talvez seja esse um dos motivos que leva as pessoas questionarem a validade de tais formulações, já que os contextos das sociedades e culturas são dinâmicos e devem ser levados em consideração à medida que as práticas e os processos socioculturais mudam e, conseqüentemente, os conceitos devem acompanhar as dinâmicas socioculturais. Deste modo, a utilização de tais conceitos sem as observâncias supramencionadas podem gerar análises universalizantes e excludentes.

Após os questionamentos e reivindicações feitas, outras categorias foram surgindo para melhor se adaptarem às necessidades, a fim de contribuir na luta dos movimentos sociais para a criação de políticas públicas para grupos específicos.

A teoria queer surge para questionar a existência das identidades normativas, ao tempo que apresenta outras formas de manifestação das identidades sexuais e de gênero. Por sua vez, pessoas trans e travestis, a partir do transfeminismo, incluímos aqui também as transmasculinidades, que oferecem um olhar diferenciado acerca do feminismo e da masculinidade hegemônica (NASCIMENTO, 2021). Alguns dos questionamentos e descontentamentos citados anteriormente geraram o transfeminismo como forma de inclusão de travestis, mulheres e homens trans dentro dos feminismos e das masculinidades. E é por esses questionamentos e apagamentos que incluirei nesse artigo as transmasculinidades dentro da discussão de gênero, feminismos e masculinidades.

Além disso, quanto às masculinidades, é preciso dizer que pessoas transmasculinas são produtoras e reprodutoras das mesmas, à medida que homens trans vivem imersos nos padrões hegemônicos do gênero, ainda assim, têm-se que se construir enquanto (trans)homens e enquanto pessoas que vivenciam suas masculinidades, e de certa forma, acabam rompendo com essa padronização de gênero.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo principal compreender de que maneira são construídas as diferenças entre as transmasculinidades<sup>3</sup> em relação às masculinidades cisgêneras<sup>4</sup>, tendo como referência de transmasculinidade, João W. Nery. A autobiografia de João Nery intitulada *Viagem solitária: a trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade* (2019), é a principal fonte para as reflexões deste artigo. A obra consiste em uma narrativa da história de vida de um homem transexual que viveu a sua identidade trans nos anos 1970, período cheio de proibições feitas pela ditadura militar no Brasil. João Nery é

---

<sup>3</sup> Transmasculinidades ou masculinidades trans é a denominação utilizada por homens trans para se referir às masculinidades construídas a partir de suas vivências e (trans)experiências. Reiteramos que a socialização feminina de tais corpos sofreram, impactam diretamente na construção de suas masculinidades. A definição deste conceito é baseada na noção de transmasculinidade trabalhada por Simone Ávila (2014) em sua tese de doutorado.

<sup>4</sup> Masculinidades cisgêneras, masculinidades cis ou cismasculinidades são termos formulado por mim, tem como referência às masculinidades hegemônicas, conceituada por Raewyn Connell (1995) que entende que há um padrão de masculinidade baseada na dominação que São masculinidades produzidas por homens cisgêneros, heterossexuais e brancos.

considerado o primeiro homem trans que realizou a cirurgia de redesignação sexual no Brasil. Além disso, foi pioneiro no movimento de homens trans e conta detalhadamente como a sua identidade foi construída desde a infância até a vida adulta, apesar de todos os impedimentos criados pela sociedade de modo geral. Trinta anos depois, o livro é um legado de luta deixado pelo autor como símbolo de resistência para vários homens trans no Brasil.

O artigo intenta ainda diferenciar os comportamentos transmasculinos dos comportamentos cismasculinos a partir dos sentimentos das privações sofridas por João Nery na infância por ser considerado socialmente “uma menina”. É também interesse deste trabalho, verificar em quais contextos se dão as diferentes socializações das pessoas transmasculinas e cismasculinas.

Em sua biografia, o autor, João Nery faz uma diferenciação entre comportamentos habituais de homens e mulheres, bem como, distinções na socialização vivida por ele no que tange às pessoas transmasculinas e cismasculinas, isto é, ele expõe o seu descontentamento em ser ridicularizado e incompreendido por negar totalmente o “papel de menina” imposto a ele, também o inconformismo por não ser admirado como outros meninos eram.

A justificativa para a escolha desse tema diz respeito às minhas inquietações desde a época em que, tal como João Nery, era ainda uma criança e desconhecia o motivo pelo qual era ridicularizado por meus comportamentos. Não entendia o porquê de meninos da minha idade agirem de uma forma e serem aplaudidos, enquanto eu, quando agia do mesmo modo, sofria censura em forma de olhares e palavras. Exemplos que perseguem quase toda criança LGBTQIA+ tem origem na escola, que infelizmente é um ambiente onde algumas violências nascem. Na escola, muitas atividades são divididas por gênero, e eu não compreendia o motivo das atividades dos meninos serem mais divertidas e também não entendia o motivo de não poder participar das atividades que julgava mais interessantes. E como uma criança, por questionar essas normas, padecia com represálias.

Enquanto pesquisador e homem trans, não posso deixar de notar que eu tive o privilégio de conviver quando criança com a generosidade de minha mãe, apesar de em alguns momentos ela agir como a sociedade mais ampla por pressão externa. Em alguns momentos ela parecia me deixar livre, deixava expressar a minha espontaneidade de várias formas. Quando aparentava estar mais aberta, na

tentativa de fazer com que ela me enxergasse como um menino, eu usava as roupas do meu irmão e pedia para que ela me chamasse pelo nome dele, ela aceitava. Esta era apenas uma das formas que ela acabava cedendo aos meus gostos, muitas vezes ela respeitava a minha repulsa às saias e vestidos, outras vezes não, por ser contaminada por informações de pessoas preconceituosas, acabava resistindo. Mas no geral, o cenário hoje é completamente afetuosos e de acolhimento.

Dessa maneira, a masculinidade cisgênera se expressa livremente, mesmo que, por muitas vezes, acaba impactando negativamente, seja como sexismo e misoginia na vida de vários grupos. A partir do exposto, formulamos as seguintes perguntas: Quais diferenças existentes na socialização de homens cis e homens trans que podem permitir uma melhor visualização dos contextos dessa socialização? E quais são esses contextos? Como e por que os homens cis manifestam suas masculinidades violentas livremente a tanto tempo sem serem punidos por isso? Assim temos como hipótese: a masculinidade cis heteronormativa é socializada, vista e legitimada desde criança. Decorrem dessa hipótese principal outras específicas igualmente importantes, tais: a socialização de meninos trans na infância ocorre em contexto diferenciado, já que os mesmos não têm a sua (trans)masculinidade legitimada, mas repreendida e proibida. A terceira hipótese é que a perpetuação de comportamentos opressivos normalizados pela masculinidade cis heteronormativa ocorre devido a não percepção do gênero e de suas diferenças para com os homens cisgêneros e suas posições graças à masculinidade hegemônica.

Por conseguinte, este artigo aponta as circunstâncias da construção das transmasculinidades para melhor combater as opressões de gênero e os comportamentos tóxicos que ainda se prolongam através das masculinidades hegemônicas. Desse modo, as imposições das masculinidades hegemônicas somam dificuldades para grupos subalternizados, a saber, negros, indígenas, gays, lésbicas, bissexuais, sobretudo pessoas trans no geral, já que subtraem destas a liberdade, pelo motivo de ser o gênero, raça e classe definidores de padrões, carregando consigo a intensidade e os poderes hegemônicos exercidos e aceitos pela sociedade mais ampla. Esse tema foi escolhido para ampliar o rol de

discussão, já que falta produção em relação às transmasculinidades e a não universalização das vivências (trans)masculinas.

Para a realização deste artigo utilizamos o método qualitativo, com o apoio da análise documental, a partir da obra de João Nery, a partir de uma abordagem auto-hetero-biográfica, em diálogo com autores e autoras, relatórios realizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), lançados sempre no dia 29 de janeiro de cada ano, dia referente ao dia nacional da visibilidade trans e outros documentos relativos à temática, assim como portarias do Ministério da Saúde referentes aos acessos reconhecidos como direitos básicos da população trans. No texto também irá conter um relato informal relevante, no contexto de conversas informais que pude ter com algumas pessoas trans que convivo. Para as conversas informais utilizei nomes fictícios para me referir a essas pessoas.

Intentamos com este trabalho trazer à tona as diferentes socializações masculinas, como forma de contribuir para o entendimento das masculinidades hegemônicas, de modo a facilitar o combate ao machismo e a transfobia. Para concretização da escrita, este trabalho é composto pela introdução, três seções, considerações finais e as referências bibliográficas.

## **2. O UNIVERSO DA CRIANÇA JOÃO NERY**

### **2.1 Família e a transmasculinidade**

A questão familiar para pessoas trans é muito delicada, pois é nela que podem surgir as primeiras violências e opressões. De modo geral, a família, independente do contexto, idealiza filhos, netos, sobrinhos, seguindo o raciocínio da binaridade que sempre incentiva comportamentos dentro da normatividade dos gêneros. Tais incentivos podem ser por influências religiosas, pela desinformação cultivada pela educação recebida, mas também pelos estereótipos de gênero, sobretudo os relacionados aos papéis sexuais e as tarefas desempenhadas.

Tudo o que for diferente do esperado (cis e hétero) vai ser discriminado. Segundo Neves (2020), na nossa sociedade o modelo de masculinidade que traz poder e autoridade é o mais valorizado e a existência de uma masculinidade hegemônica faz-se crer popularmente que ela é a única possível de ser expressada. Seguindo essa lógica, pessoas trans são vitimadas por esses discursos violentos

dentro da família até acabarem expulsas de casa e com pouca expectativa do que fazer depois disso, já que a transfobia as acompanha em todos os espaços.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) em sua publicação intitulada como *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra pessoas Trans* (2018), informa que normalmente travestis e transexuais são expulsos e expulsas de casa, em média, aos 13 anos de idade. Estudos do ANTRA, mostram que em 2020, 90% dessa população, em especial mulheres trans e travestis, passa a sobreviver da prostituição, devido a falta de acolhimento familiar, de oportunidades na educação e no mercado de trabalho.

João Nery viveu sua infância trans nos anos 50 com violências e negações ainda muito comuns nas infâncias de pessoas trans da atualidade. Ele viveu a realidade de ser uma criança sozinha, incompreendida e receosa para demonstrar verdadeiramente suas preferências e gostos, em decorrência da falta de apoio familiar. Zerbinati e Bruns (2018) apontam o apoio familiar como um fator de proteção para crianças. Isso recai perfeitamente sobre a vivência da transexualidade<sup>5</sup> na infância, tendo em vista a alta chance de rejeição sofrida por estas crianças.

Segundo Ceribelli e Della Latta (2019), muitas famílias que são acompanhadas pelo Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, vinculado ao Hospital das Clínicas de São Paulo, ainda tentam forçar os filhos ou filhas a agirem de acordo com o gênero que não se reconhecem, oprimindo e reprimindo a maneira de expressar da criança verdadeiramente. Esse tipo de atitude pode fazer com que a transexualidade na infância da criança trans, seja marcada pelo medo, como meio de atenuar as violências que pode vir a sofrer, caso ela se mostre fora da expectativa do gênero em consonância com a genitália. Tais comportamentos podem fazer com que as crianças se tornem quietas e introspectivas, na medida que elas podem imaginar que a maneira de expressar seu gênero não é aceita. Isto pode levá-la a concluir que, enquanto criança, está fazendo algo errado. Seria essa uma das razões que teria levado João Nery a se adequar aos comportamentos normativamente destinados ao seu corpo físico?

---

<sup>5</sup> A transexualidade é a maneira de viver o gênero diferentemente do que se atribui biologicamente. Segundo JG de Jesus (2011), a transexualidade é uma questão de identidade.

Todavia, o fato de se adequar aos padrões, majoritário e socialmente aceitos, o autor da biografia que nos serve de apoio, viveu uma infância cheia de conflitos internos, proporcionada pelas divisões impostas e reforçadas pelo binarismo de gênero. O embate com a família causa sérios problemas psicológicos na vida de pessoas trans, como sugere Zerbinati e Bruns (2018). Para essas autoras o fator psicopatológico da população transexual revela que tais sintomas são oriundas do ambiente marcado pelo modelo hegemônico de gênero. A partir do exposto acima e da biografia usada como referência, João Nery vive uma infância cheia de privações, o que o fez questionar o porquê de não ter tido liberdade para externar seu comportamento como os outros meninos, bem como o porquê o tratavam como uma menina.

Não conseguia entender por que me tratavam como se fosse uma menina! Faziam questão de me ver como nunca fui. Sabiam que não gostava disso! Por que insistiam em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. Tornei-me um ser acuado (NERY, 2019, p. 34).

Após passar pela situação de ser ridicularizado enquanto brincava com outros meninos, João Nery confinou seus momentos de lazer e brincadeiras dentro de casa, na qual achava que seria poupado das violências vividas no exterior do espaço doméstico. Contudo, não foi o que de fato aconteceu, já que ele continuava ouvindo de seu pai que seu comportamento não era adequado para menina; tinha que tomar jeito e ser como as outras meninas, alertava o pai. João Nery se encontrava sem refúgio para expressar suas dores e inquietações, principalmente, sem o acolhimento primário, que, normalmente, se dá no seio da família.

Tal como João Nery, enquanto transmasculino, também fui, inicialmente, uma criança sem apoio da família, pois nunca era visto como queria. Adorava provar que jogava futebol de igual pra igual com os outros garotos. Mas ainda assim não era suficiente, era sempre subestimado. Sempre enfrentei tudo e todos para realizar os desejos que eram contestados. Entretanto, apesar dos poucos avanços, hoje conto com uma rede de apoio tanto de membros da família, terceiros e profissionais de saúde pública. Falar sobre João Nery é também revisitar a minha própria infância.



Todos me viam como uma menina. Para mim, era um menino. Havia um abismo entre como me viam e como me sentia. Adorava brincadeiras consideradas de menino. Era reprovado. Gostava de me vestir como os garotos, tentando rivalizar e competir com eles. Era ignorado (NERY, 2019, p. 36).

Na citação acima, João Nery revela que foi ignorado na tentativa de mostrar-se enquanto menino, por isso no capítulo da sua bibliografia, intitulado *Zé e Zeca*, ele cria uma nova identidade através de uma brincadeira com sua irmã Van. Nas brincadeiras, mantidas em segredo com a irmã, João Nery era o Zeca e sua irmã o Zé. Ele via nas brincadeiras a oportunidade para ser tratado no masculino; ainda que em poucos momentos.

A leitura do referido capítulo fez-me revisitar a minha infância, a medida em que vi semelhanças entre as brincadeiras vividas por João Nery e sua irmã e as minhas com meus primos. Em ambos os casos, tanto João Nery quanto eu fazíamos papel masculino, por outro lado, as muitas violências vividas por João Nery, em certa medida, são as mesmas que persistem atualmente. Assim, este trabalho envolve as vivências de duas pessoas em tempos, regiões e gerações diferentes, logo, do mesmo modo como os escritos de João Nery ajudam a analisar a realidade de hoje, podem também ajudar outras pessoas tanto nas questões pessoais quanto acadêmicas.

Segundo Cardoso (2020), a família é um dos meios de socialização, na qual se pode viver a cisnormatividade, encaixando-se no binarismo. Entretanto, através da socialização livre do binarismo, para uma criança se descobrindo trans que, entende o desejo de performar sua identidade masculina, a socialização não binária pode contribuir para o desenvolvimento desta, enquanto uma pessoa trans. Apesar desse desenvolvimento não ser pleno devido às pressões externas que a família pode sofrer, mesmo assim essa criança pode se sentir amparada. Durante uma conversa informal ouvi o seguinte relato:

*Na infância, eu estava quase sempre acuado. Nas brincadeiras pedia para ser personagem masculina. Certa vez, socializando com uma coleguinha de escola, que morava na rua da minha casa, brincávamos sobre ser príncipe e princesa; tínhamos que escolher os papéis. Fiquei sem jeito para pegar o boneco príncipe ao invés da boneca princesa; ela então disse: "você quer ser o príncipe, né?". Eu disse sim. A partir de então passei a amar ainda mais brincar com*

*ela, já que a mesma deixava que eu fosse o príncipe.* (Luiz Carlos, em narrativa informal).

O relato acima expõe que a interação sem imposições de gênero para crianças pode ajudar na construção de uma infância livre de impedimentos influenciados por maneiras educativas que as condenam caso suas escolhas não estejam “alinhadas” com o gênero normativo. Os empecilhos e proibições podem resultar no desenvolvimento do sentimento de medo ou culpa, já que a criança não pode se expressar da maneira como ela verdadeiramente se sente.

## **2.2 Escola e transmasculinidade**

A vida escolar da criança trans pode ser muito complicada, a escola acaba sendo um ambiente muito hostil, pois as violências iniciais podem acontecer nesse âmbito. Na biografia, João Nery relata algumas violências sofridas nos anos 60 e 70 que parecem atualizar as experiências dos tempos de hoje, uma vez que há relatos de grandes conflitos, pois a escola faz questão de reforçar a divisão de gênero em qualquer atividade, seja para separar filas, cadeiras ou cores. No ensino médio é muito comum que a fila para receber a refeição fosse dividida entre meninos e meninas. Com João Nery não foi diferente, levando em consideração o período que se situou a sua infância e o fato de a educação continuar não seguindo uma linha inclusiva. Ele chegou a questionar o motivo dos prêmios da gincana escolar serem divididos diferentemente para meninos e meninas e novamente sua reivindicação não foi atendida.

Segundo Araújo e Almeida (2021), algumas etapas da educação básica manifestam formas de forçar o enquadramento da população trans às normas da masculinidade hegemônica e ao padrão heteronormativo, com isso, acabam ocasionando além exclusão e de agressões, agravando ainda mais a problemática.

Ainda em 2022 muitas reivindicações não são atendidas, um exemplo disso, é o direito ao nome social. Mesmo sendo um direito, garantido em leis federais, decretos, portarias, projetos para transexuais e travestis, infelizmente muitas escolas e outras instituições insistem em negar. O caso mais recente ocorreu em junho de 2022 em Poções, no sudoeste da Bahia, em que um estudante trans de 12

anos teve sua casa apedrejada após requerer que seu tratamento na escola fosse pelo seu nome social. Segundo a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Vitória da Conquista, Luciana Silva, que tem acompanhado o caso, além da negação do direito ao nome social, o adolescente e a família têm sido vítimas de ataques promovidos por um pastor evangélico. Vale salientar que as atitudes cometidas pela diretora, pela população e pela liderança religiosa são configuradas como crime.

O relato acima mostra que a negação do direito da criança aos estudos constitui crime de transfobia. Além disso, pode estimular a evasão de pessoas trans nas escolas, universidades, bem como no mercado de trabalho. Segundo a Vª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior (2018), 0,02% da população trans está nas universidades. A justificativa para esse número pequeno pode ser resultante da baixa escolaridade de pessoas trans, em razão da evasão escolar nos primeiros anos ou no ensino médio. Para João Paulo Carvalho Dias, defensor público do Mato Grosso e presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 2016, estima-se que o Brasil concentra 82% da evasão escolar entre travestis e transexuais. Isso diz muito sobre a falta de políticas de permanência dessas pessoas nas escolas, ocasionando baixa empregabilidade no mercado formal de trabalho.

Mais à frente, na terceira seção, tratarei dos atalhos construídos por João Nery para se manter vivo e para construir sua identidade masculina numa sociedade onde seus meios de sobreviver poderiam o levar à prisão. Naquele contexto dos anos 1970, o Brasil ainda vivia a Ditadura Militar, então João Nery não tinha saída, a não ser procurar meios não legais para ter a sua identidade legitimada.

Graças à luta e mobilização do Movimento Nacional de Pessoas Trans e Travestis, em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu pelo princípio do respeito à dignidade humana, autorizar a retificação do registro civil de pessoas trans diretamente nos cartórios de nascimento. A retificação do registro civil garante o direito à dignidade dessas pessoas, já que estar com um documento com o gênero que se identifica pode evitar constrangimentos e violências, sobretudo nos locais nos quais tem que apresentar documento oficial com foto. Além disso, evita

que as pessoas trans busquem alternativas arriscadas, como as descritas por João Nery. Um exemplo descrito e realizado por ele, foi ir ao cartório como alguém que não tinha documentos. Ele se colocou na condição de indigente para que tivesse documentos com seu nome e gênero masculino, assim ele perdeu todos os seus diplomas e escolaridade, que estavam registrados com os seus antigos dados.

### **2.3 Corpo, sexualidades e relações afetivas**

As questões corpóreas, de sexualidade e afetividades são vividas de formas totalmente diferentes por pessoas LGBTQIA+ em relação a pessoas cis hétero. Existe uma questão corporal colocada em pauta na vivência trans devido alguns apontamentos biológicos como a diferenciação corporal por gênero. Homens - pênis; mulher - vagina. Essas questões biológicas impõem às pessoas trans um sentimento de nascer no corpo errado, o que é mais uma tentativa de patologizar a transexualidade e querer que o cis seja o modelo corporal e comportamental a ser alcançado pelo trans. Infelizmente os corpos são marcados pelo gênero, como indica a autora abaixo:

Se o corpo não é um “ser”, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e heterossexualidade compulsória a, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui sua significação “interna” em sua superfície? Sartre talvez chamasse este ato de “estilo de ser”; Foucault, de “estilística da existência” (Butler, 2019, p. 198).

Butler (2019), sugere que os corpos marcados pelo gênero não são completamente originais, pois têm suas histórias atravessadas por condições limitantes, condições estas que são efeitos das marcações de gênero presentes nas sociedades.

João Nery vivendo em um corpo atravessado por imposições, passa por uma fase de disforia<sup>6</sup> e futuramente resolve seus desconfortos com procedimentos

---

<sup>6</sup> Segundo Preciado, 2020, a partir da epistemologia da diferença sexual, a medicina do ocidente, a disforia de gênero diz respeito à discordância entre o gênero designado no nascimento e o gênero com o qual a pessoa se identifica.

cirúrgicos condenáveis na época. Ele narra que os desconfortos eram causados pelas dificuldades em sua relação com o corpo, bem como, a forma de viver sua sexualidade. Por causa disso, ele acaba por utilizar faixas para comprimir os seios, conhecidas hoje como *binder*<sup>7</sup>. Essas faixas são usadas por homens trans que ainda não fizeram a mastectomia masculinizadora. Segundo a Cartilha "Saúde do Homem Trans e Pessoas Trans Masculinas", trata-se de um artifício censurado pelo Ministério da Saúde, em janeiro de 2019, o uso da faixa pode causar os seguintes agravos: danos em pequenos vasos, lesão tecidual, colapso pulmonar, problemas de coluna, diminuição da elasticidade da pele, baixo fluxo sanguíneo, dentre outros efeitos. Outro objeto utilizado por alguns homens trans para amenizar a disforia são os *packers*<sup>8</sup>, próteses penianas de silicone que imitam a pele humana, João Nery ainda não tinha essa tecnologia e utilizava meias para fazer um volume que pudesse simbolizar o volume genital. Com isso, João Nery passa a performar uma vida social cis para passar mais facilmente despercebido. Objetivava ainda, minimizar as violências que poderia vir a sofrer, caso fosse visto como uma mulher cis lésbica. A citação a seguir se refere a esse momento em que muitos transmasculinos deixam de performar a feminilidade imposta e passam a externar a identidade de gênero. Preciado define esse momento como um momento de reconhecimento, mas também de sofrimento, devido às violências institucionais sofridas.

Desfiz a máscara de feminilidade que a sociedade havia colado em meu rosto até que meus documentos de identidade se tornassem ridículos, obsoletos. Depois, sem escapatória, aceitei identificar-me como transexual e “doente mental” para que o sistema médico-legal pudesse me reconhecer como corpo humano vivo. Paguei com o corpo o nome que carrego (PRECIADO, 2020, p. 29).

Na citação, Preciado (2020), descreve o que comumente é designado no meio de pessoas LGBTQIA+ como *passabilidade*<sup>9</sup> cis. Entretanto, há uma outra

---

<sup>7</sup> Binder é um acessório utilizado por muitos homens trans que ainda não realizaram a mamoplastia masculinizadora. Ele comprime os seios, com a intenção de diminuir o incômodo em relação a essa parte do corpo com a qual a pessoa não se identifica.

<sup>8</sup> Packer é uma prótese peniana que ajuda a diminuir o desconforto que alguns homens trans possuem com seus órgãos genitais. O packer pode ter até três funções: urinar em pé, fazer volume e fazer sexo.

<sup>9</sup> Passabilidade é a expressão utilizada para definir que uma pessoa trans é lida socialmente pelo gênero que se identifica. Almeida (2012) utiliza o termo em inglês *passing*, que significa *passagem* em português, para definir a passabilidade como uma construção de corpos sociais masculinos (no caso de homens trans), que tem como fator decisivo o uso de testosterona e a realização da cirurgia de mastectomia masculinizadora.

parcela do meio trans que não acata essa expressão, por entender que a passabilidade cis é o que as pessoas trans almejam. Isto é, que parecer cis é um objetivo para todas as pessoas trans, quando na verdade, a passabilidade é apenas uma consequência do processo hormonal que atinge algumas pessoas.

Nas relações que João Nery teve durante a vida, ele foi sincero quanto aos seus desconfortos e verbalizou para suas parceiras que o toque físico seria desconfortável para ele. Com o decorrer do tempo, com aquisição da maturidade e com as cirurgias feitas, João Nery foi se sentindo melhor com seu corpo, suas vontades e experiências sexuais, isso acabou refletindo positivamente na sua forma de viver seu corpo, sua sexualidade e sua afetividade.

Segundo João Nery e Eduardo Maranhão Filho, no artigo “*Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências*” (2013), homens trans têm uma predisposição ao isolamento social no próprio quarto para prevenir situações de sofrimento, evitando contato com as pessoas. Tendo em vista esse apontamento, podemos supor que o isolamento possa interferir diretamente na busca por relações e interações sociais, de modo que acaba por dificultar o desenvolvimento da vida afetiva desses homens trans.

O direito ao prazer e aos usos dos corpos trans existe com certas limitações e inseguranças configuradas pela heterocisnormatividade que podem enfraquecer seus graus de desejabilidade e de potência de vida (MORELLI, 2018, p. 408).

A citação de Morelli espelha as experiências de afetividade vividas por João Nery e pelo autor deste texto, enquanto homens trans, devido às imposições das normatividades de gênero e sexualidade, especialmente na infância junto à família e a escola, que negam afeto e acolhimento, tornando-as pessoas inseguras. Tais fatos, podem acarretar desde o isolamento até problemas psicológicos que levam ao suicídio. Em 2015, o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais publicou o relatório “*Transexualidades e Saúde Pública no Brasil*”, no qual revela que 85,7% dos homens trans já pensaram, tentaram ou cometeram suicídio.

Infelizmente essa é uma dura realidade da saúde mental dos homens trans brasileiros afetados pela transfobia desde muito cedo.

As (trans)vivências variam de pessoa para pessoa. Não existe regra para ser trans, se temos experiências em comum não significa necessariamente que são regras. As vivências de uma criança trans não podem ser determinantes para identificar a transexualidade em outras crianças, já que são questões individuais e vivências diversas. Ainda na infância eu desejava ter mais liberdade, inclusive nas brincadeiras. Encontrava essa liberdade quando estava junto da minha prima, que vivia num lar livre de restrições de gênero. Sempre gostamos das mesmas brincadeiras e esportes, e o pai dela, meu tio, jamais nos reprimiu, ele fazia o contrário, parecia que ele nos proporcionava tudo o que não pôde ter na infância por falta de condições. Então, éramos livres para jogar futebol, soltar arraia (pipa) e jogar videogame, tudo o que falavam que era apenas para meninos. Sentia que não era estranho, por ter uma pessoa do gênero feminino com os mesmos gostos que eu, pois na casa dela não tinha julgamentos, desconfortos ou amarras.

No que tange às questões corporais transmasculinas, também são individuais. João Nery tinha seus desconfortos que foram atenuados como o processo de hormonização e das cirurgias. Tais procedimentos trouxeram qualidade para que ele pudesse viver a autonomia física e sexual. Entretanto, nem toda pessoa trans sente seu corpo da mesma forma e deseja alterações corporais através de cirurgias ou terapias hormonais. Paul Preciado (2015) em seu livro *Manifesto Contrassexual* denuncia processos burocráticos onde proíbem ou obrigam a realização de cirurgias ou hormonioterapia para que as pessoas tenham suas identidades reconhecidas pelo Estado. Ele reitera que essa é uma forma de controle de caráter estatal heteronormativo, assim, como já mencionado, as questões corporais fazem parte da individualidade das pessoas, independente da sua identidade de gênero.

A discussão do capítulo reflete sobre a importância do acolhimento familiar para vencer a rejeição da identidade de gênero vivida tanto por João Nery quanto por mim. Ambos encontraram algum apoio junto de familiares, com os quais puderam compartilhar segredos da infância transgressora. No próximo capítulo,

continuaremos aliando fatos convergentes entre a transexperiência<sup>10</sup> de João Nery, com o objetivo de compreender as transmasculinidades e refletir sobre os comportamentos masculinos hegemônicos, a fim de entender como tais comportamentos oprimem os corpos trans.

### **3. CRUZANDO HISTÓRIAS DE TRANSMASCULINIDADES CONVERGENTES**

#### **3.1 Região, tempo e geração**

A transmasculinidade, assim como qualquer tema, pode ser analisada a partir de muitos contextos, como por exemplo os contextos regionais, temporais e geracionais. Através de tais contextos a trajetória de João Nery será observada, comparada, a fim de cruzar histórias para perceber pontos distintos e semelhantes, à luz dos três fatores mencionados acima.

As vivências de pessoas trans, ou melhor, as transexperiências, são vivências únicas de cada pessoa, mas também podem espelhar pontos em comum, quando analisadas através das categorias acima mencionadas. A importância e vantagem de se refletir sobre as experiências dos marcadores citados acima gera apontamentos necessários para facilitar o entendimento das vivências de uma pessoa trans mais velha e outra mais nova, sinalizando os retrocessos, avanços e conquistas dentro da legislação em benefício do grupo.

Segundo Feixa e Leccardi (2010), através do conceito de geração, a história é fixada em relação aos tempos da existência humana e entrelaçados com a mudança social. Desta forma, a ligação geracional entre vivências transmasculinas diferentes pode se associar às mudanças sociais oriundas de uma geração anterior que beneficiou a gênese subsequente.

Ao comparar a época em que João Nery viveu com os tempos atuais, podemos refletir sobre as mudanças para a população trans, como as cotas para acesso ao ensino superior, bem como o direito de retificar o nome e o gênero no registro de nascimento sem precisar cumprir requisitos cirúrgicos ou de hormonização, o acesso à saúde reconhecido por lei, o uso do nome social em escolas e a criminalização da LGBTfobia, direitos conquistados com muita luta e

---

<sup>10</sup> Transexperiência é entendida por Simone Ávila (2019) como uma categoria que permite entender as experiências como parte do processo histórico, através do discurso, da linguagem, de modo a permitir que os sujeitos vivam suas experiências e as tornem suscetíveis à indagações acerca de seus processos de criação, já que também segundo ela, as experiências são construções políticas que espelham o coletivo ou individual.



resistência. Além disso, também dentro dessa comparação é possível analisar as circunstâncias de acordo com a região onde João Nery estava inserido. Ele viveu no eixo Rio-São Paulo, que são duas grandes metrópoles da América Latina, o que fez com que ele tivesse acesso aos melhores serviços de endocrinologia à medida que os referidos Estados iniciaram grande parte das pesquisas relativas à transexualidade, apesar do período coincidir com a ditadura militar no Brasil.

João Nery nos anos 1970, conseguiu ter acesso a uma equipe que pesquisava a transexualidade de maneira pioneira. As investigações eram feitas no Hospital Universitário, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lá ele conseguiu realizar exames e avaliação psiquiátrica para um “diagnóstico”. Além disso, ele buscava aval para realizar a cirurgia de Mamoplastia masculinizadora<sup>11</sup> e Redesignação sexual<sup>12</sup>. Vale salientar que na época, essas cirurgias eram totalmente proibidas. Atualmente tal processo seria diferente, graças à Portaria N° 457/2008, do Ministério da Saúde, o qual garante que todo o processo transexualizador seja feito de forma gratuita e assistida pelo SUS em todas as fases, seja hormonal e/ou cirúrgica.

Em contrapartida, nem todas as pessoas passam pelo mesmo processo, pois algumas regiões não tornam esses serviços acessíveis. Segundo o site do Ministério da Saúde<sup>13</sup> (2022), na região Nordeste apenas os Estados da Bahia e de Pernambuco possuem hospitais no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, com atenção especializada no processo transexualizador. Ressaltamos que ambos hospitais são universitários. Em algumas cidades as prefeituras tentam atender essa população nas unidades básicas de saúde –UBS, isso ajuda a universalizar os atendimentos, mas ainda assim precisaria de um olhar especial do poder público, no que tange a implementação de tal política pública, a fim de melhor atender as demandas das pessoas que desejam fazer a transexualização, evitando desta forma, a automedicação.

O SUS é referência em países como os EUA, no que diz respeito a atendimento multidisciplinar e gratuito para pessoas trans, posto que o atendimento vai desde a fase de crianças até pessoas na fase adulta. O acolhimento de crianças

---

<sup>11</sup> Mamoplastia masculinizadora diz respeito ao procedimento cirúrgico para retirada da glândula mamária e posicionamento da auréola.

<sup>12</sup> Redesignação sexual refere-se à alteração das características genitais para adequar o órgão sexual ao gênero que a pessoa se identifica.

<sup>13</sup> Link disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br>

trans no SUS não se limita apenas à criança, se estende também aos pais ou responsáveis. Estes podem participar de grupos de apoio e compartilhar suas histórias com outras famílias, à medida que não é só a pessoa trans que transiciona, mas esse processo deve atingir a todas as pessoas que estão ao seu redor.

Infelizmente essa medida ainda funciona de forma precária, considerando os cortes que foram feitos no Sistema Único de Saúde nos últimos anos. O SUS vem sofrendo com a falta de ampliação de políticas públicas. Isto fez com que as filas para atendimento primário e cirurgias aumentassem e a distribuição de medicamentos gratuitos venha gradativamente diminuindo. Por conta dessa precariedade, muitas pessoas optam por iniciar um tratamento hormonal por conta própria, muitas vezes, sem saber a dosagem adequada para seu organismo, acabam por sobrecarregar e gerar sérios problemas de saúde para o resto da vida.

Durante algumas conversas informais pude acompanhar de perto pessoas que tiveram a experiência de iniciar a hormonização sem acompanhamento por não conseguirem acessar os serviços públicos de saúde. Essa é a realidade de muitas pessoas trans, o que constitui um dos muitos problemas de saúde pública.

Outro problema de saúde pública relacionado a pessoas trans, são os acidentes frequentes com mulheres trans e travestis envolvendo a aplicação do silicone industrial nas coxas e glúteos. Segundo matéria do portal G1<sup>14</sup>, de março de 2014, isso ocorre porque as substâncias podem invadir a corrente sanguínea e provocar embolia pulmonar, além disso, existe alto risco de infecções e trombose, o que pode ocasionar na amputação dos membros. Apesar dessas consequências, muitas mulheres trans e travestis acabam encontrando no silicone industrial a maneira mais rápida, barata e simples para transformar seus corpos.

### **3.2 O mercado de trabalho para pessoas transmasculinas**

A inclusão no mercado de trabalho é uma batalha travada pelos grupos minoritários. Pessoas LGBTQIA+, mulheres, pessoas negras e pessoas com deficiência enfrentam as barreiras impostas pelo preconceito e pela falta de inclusão. Segundo o *Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras* de 2019, estima-se, que 90% da população trans e travesti utiliza a

---

<sup>14</sup> Link disponível em: <https://www.crf-al.org.br>

prostituição como fonte de renda; 6% estão no mercado informal e 4% no mercado formal. De acordo com o levantamento da consultoria *IDados*, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (2021), a diferença salarial entre homens e mulheres é de 20% a menos para esta última. A pesquisa ainda revela que o valor salarial recebido por trabalhador branco é de 77% a mais que uma pessoa preta e 74%, que uma pessoa parda.

A falta de políticas inclusivas de empregabilidade foi mais uma questão vivida por João Nery e que ainda é uma limitação vivida por pessoas trans nos tempos atuais. Ele teve que viver uma vida dupla para conseguir manter seu emprego e sua faculdade; vivia como João taxista e na faculdade como aluna Joana. Assim ele tentava se manter através da informalidade, como muitas pessoas trans tentam sobreviver ainda hoje.

Meu medo era, antes, a violência da exclusão, me ver pária da noite pro dia, tratada feito lixo, perder família, amigos, círculo social, não ter um teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta (MOIRA, 2016, p. 20).

Na citação acima, é possível detectar o nível de marginalização que a sociedade submete as pessoas trans, em especial mulheres trans e travestis quando se fala da prostituição. João Nery dizia viver à margem quando não se sentia adequado dentro das categorias de mulher e homossexual. Além disso, depois teve que lutar contra a marginalização imposta ao seu corpo trans, marginalização essa descrita com muito anseio na citação de Amara Moira.

Por outro lado, existem muitas pessoas que se desviam da estatística da marginalização para tentar não só mudar sua realidade individual, mas também a realidade coletiva. Um exemplo dessa mudança é o aumento no número de candidaturas trans, bem como de pessoas eleitas. Nomes como Duda Salabert (PDT-MG), Erika Hilton (PSOL-SP), Linda Brasil (PSOL-SE), Dani Balbi (PCdoB-RJ), Carolina Iara (PSOL-SP), Erica Malunguinho (PSOL-SP), Robeyoncé Lima (PSOL-PE) e Thabatta Pimenta (PSB-RN) são conhecidos no cenário de candidaturas trans. Ressaltando que todas já exercem o cargo de deputadas em seus Estados. A novidade é que Duda Salabert e Erika Hilton passaram a ocupar a

Câmara Federal como deputadas a partir de 2023, sendo as primeiras parlamentares trans da história da Câmara Federal dos Deputados.

Aos poucos os lugares estão sendo ocupados por pessoas trans; a realidade tem mudado e avançado com o passar das gerações e as alterações feitas nas legislações. Um futuro onde as pessoas possam sair da invisibilidade e passem a trilhar caminhos que as levem à dignidade e ao respeito.

Segundo Luma de Andrade (2012) a presença de travestis nos espaços de convivência, de trabalho, de aprendizagem, de decisões políticas pode auxiliar na desmitificação da ideia de que toda travesti se constrói na prostituição. Portanto, segundo a autora, é possível quebrar vários estereótipos e paradigmas que são reforçados pela transfobia estrutural. Por isso, a representatividade é importante, sobretudo nos espaços de decisão e poder.

### **3.3 Invisibilidade das pessoas trans nos dados do IBGE**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza a cada dez anos o censo demográfico, no qual situará o país de sua condição sociodemográfica. Os resultados estatísticos da pesquisa podem auxiliar o Estado a localizar a necessidade da criação de políticas públicas para a população. No entanto, em 2022 os questionários aplicados continuam sem incluir certos grupos minoritários na autodeclaração. Um exemplo de invisibilização pelo censo é acerca da população LGBTQIA+, isso justifica a falta de dados e a quase ausência de políticas públicas inclusivas para esta população.

Nos dias atuais, os dados obtidos acerca de pessoas LGBTQIA+ são dados coletados e analisados por organizações do próprio movimento. A maioria dos dados deste trabalho foram retirados de dossiês realizados pelo ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Ainda há pouco investimento público para realização de pesquisas relativas ao grupo mencionado, que segue sendo marginalizado e violentado. Assim, faz-se necessária a participação do Estado na realização de pesquisas e ampla divulgação dos resultados para informar a sociedade através de dados concretos da situação vulnerável que se encontram as pessoas LGBTQIA+.

Talvez o descaso por parte Estado justifique o fato de pessoas negarem a existência da discriminação em razão da orientação sexual. Ademais, a falta de

dados oficiais do governo dificulta o mapeamento das reais necessidades e, conseqüentemente, a implementação de políticas públicas para populações específicas.

Segundo Oliveira e Brito (2018), o fato de não haver dados oficiais especificamente sobre a população trans no Brasil mostra o apagamento que essas pessoas sofrem dos órgãos responsáveis pela coleta de dados oficiais. Os autores ainda apontam que tal atitude é vista como transfobia, pois os órgãos responsáveis sequer consideram a identidade de gênero das pessoas e ficam presos a interpretações biologizantes. Logo, podemos entender como a invisibilidade é produzida pelas instituições.

No ano de 2022, a Justiça Federal do Acre, atendendo ao pedido do Ministério Público Federal determinou que no censo de 2022 do IBGE incluísse os campos sobre orientação sexual e questões relativas à identidade de gênero, a fim de que os resultados contribuam para a fomentação de políticas públicas. Tal fato reitera a omissão que o Estado brasileiro, para com a população LGBTQIA+, pois isso implica em perseguição, morte e violação de direitos.

Ainda no ano de 2022, o TRF-1 desobriga o IBGE de incluir perguntas sobre gênero e sexualidade com o argumento de que não haveria tempo para a inclusão das perguntas no questionário. O TRF-I argumentou que haveria um grande prejuízo financeiro e que o censo teria que ser adiado mais uma vez. Vale ressaltar que o censo já foi adiado duas vezes; uma vez que ele deveria ser realizado em 2020, mas por conta da pandemia não foi feito. Já em 2021 foi adiado por problemas orçamentários. Essa é a realidade de exclusão e invisibilidade presente na pesquisa censitária mais importante do país, onde a coleta de dados sobre uma determinada população poderia ajudar no combate à violência contra a mesma, mas é ignorada em mais uma ação do Estado.

Com a desobrigação das questões relativas à população LGBTQIA+ no censo de 2022 o grupo continua excluído da pauta oficial, cabendo ao mesmo levantar financiamento para sanar as demandas, já que as autoridades podem alegar que não possuem dados para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas aos direitos básicos dessas pessoas.

Ademais, não temos no Brasil políticas públicas específicas no termo de leis no âmbito federal para a população LGBTQIA+, todos os direitos conquistados por essa população foram garantidos em virtude de jurisprudências do Superior Tribunal

Federal (STF), portanto o poder legislativo nunca foi responsável pelas garantias legais mais importantes e efetivas à população LGBTQIA+. Isso diz sobre a falta de política estatal de enfrentamento às discriminações e combate à LGBTfobia. Além disso, sinaliza que esta não é uma prioridade para o poder legislativo brasileiro, assim como para o Estado brasileiro, tendo em vista a não inclusão de questões relativas à população LGBTQIA+ no censo de 2022.

#### **4.0 MORTE EM VIDA: LEGISLAÇÃO E TRANSMASCULINIDADE**

##### **4.1 Transmasculinidade: morrendo para viver**

A morte é uma certeza na vida de todas as pessoas. Mas é vivenciada de diferentes formas por diferentes culturas. Segundo Conceição (2017), a morte desperta sentimentos diversos como angústia, horror, medo, comportamentos antagônicos e até fascínio. A vida das pessoas trans é marcada por várias formas de luto, visto que essa população passa por diversos episódios de perdas, sejam elas individuais ou coletivas. Pensando neste luto frequente, a comunidade trans pode interpretar a morte como um novo nascimento.

Uma das primeiras formas de morte vivida por pessoas trans é a de deixar uma forma de vida para viver outra que seja socialmente aceitável, na tentativa de se blindar de situações de transfobia e de buscar aprovação de terceiros. Outro luto muito comum é abandonar o corpo e o nome que não são adequados à sua identificação para viver a nova vida, a partir de um novo corpo e um novo nome. Essa é a maneira mais literal para explicar a morte em vida, é matar a pessoa que a sociedade quer que seja e deixar nascer a pessoa trans, com a qual realmente se identifica. A morte heterocisnormativa como princípio de uma vida trans (CONCEIÇÃO, 2017).

Dessa forma, João Nery passou por uma situação de luto muito intensa ao se registrar no cartório como alguém que nunca havia sido registrado antes. A razão que justifica este episódio diz respeito ao fato de na época não existir lei que regulamentasse e legalizasse as existências trans. Deste modo, ele se aventurou para ter seus novos documentos como nome e o gênero corretos. Por conta decisão ele perdendo todos os registros que possuíam anteriormente ao novo nome e

gênero, a perda de seu diploma de psicólogo e outros títulos acadêmicos. João Nery abriu mão de tudo o que viveu antes para construir uma nova vida.

Por outro lado, não é possível viver apenas a experiência da morte como um renascimento em um país tão violento com a população trans como o Brasil. Segundo o Relatório Internacional Trans Murder Monitoring (TMM), pelo 13º ano consecutivo, em 2021, o Brasil foi o país que mais assassinou pessoas trans no mundo. Esse é um dos aspectos que pode explicar o contato frequente das pessoas trans e suas famílias com o luto. Segundo o Dossiê do ANTRA (2020), a expectativa de vida de pessoas trans no Brasil é de 35 anos. Isto é, metade da expectativa de vida do resto dos brasileiros. A morte violenta e precoce dessa população é uma grande problemática no Brasil. Essa pequena expectativa de vida não se dá apenas pelos assassinatos, mas também pelo suicídio, predominante dentro grupo.

Existem no Brasil algumas políticas que podem trazer a dignidade e proporcionar a diminuição do sofrimento causado pela transfobia. Uma delas é a retificação de nome e gênero no registro civil, votada em 2018 pelo STF, como dito anteriormente. Tal política reconhece o nome e gênero de pessoas trans na certidão de nascimento, sem que haja necessidade de autorização judicial ou a realização de cirurgia. Outra importante política é a possibilidade de realização das cirurgias transexualizadoras pelo SUS, tal política de saúde para pessoas trans é assegurada pela Portaria Nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde, que garante às pessoas trans o acesso seguro e adequado aos profissionais de saúde.

Segundo relato da pesquisa exploratória, o sentimento que se manifesta nessas pessoas, após a concretização dessas políticas em suas vidas, é o de um novo nascimento. Essa é a palavra mais utilizada quando se fala de reconhecimento de si, a partir dos novos documentos e na própria imagem, isto é, quando finalmente se concretiza a pessoa que realmente harmoniza corpo e mente.

#### **4.2 A importância da legalização das pessoas transmasculinas**

A legalidade da existência trans, diz respeito à legitimidade e visibilidade dessas pessoas perante a legislação da sociedade. Muitas vezes sem leis para assegurar direitos, as pessoas trans buscam soluções que não são regulamentadas da maneira ideal. Algumas dessas regulamentações exigem que a pessoa tenha

feito cirurgias transexualizadoras, bem como hormonização. Além da exigência de laudo comprobatório acerca da transexualidade.

Berenice Bento (2017) em seu artigo de opinião *Direito à identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno* explana que quanto mais a visão do legislador é biologizante, maior serão as exigências de cirurgias e mudanças nos documentos. Amplia-se a situação não apenas para quem está no legislativo, mas aos profissionais da saúde que podem ter uma visão biologizante e continuar submetendo pessoas trans aos seus achismos contagiados pelos entendimentos binários religiosos.

O artigo *Transgênero, direitos humanos e legislação* de Berenice Bento (2017), fala da importância da criação de uma lei de identidade de gênero para possibilitar a melhor fluidez dos processos de transexualização. Esse é um bom exemplo que pode garantir a desburocratização dos processos transexualizadores no Brasil, onde os direitos de pessoas trans sejam vistos como questões de direitos humanos, e não de enfermidade. “O desdobramento prático são legislações que normalizam o gênero fora dos marcos patologizantes, o que representa uma vitória para o movimento transgênero” (BENTO, 2017, p. 222).

Talvez o excesso dessa perspectiva médica possa estar atrapalhando a criação de políticas públicas de saúde eficazes e acessíveis para a comunidade trans no Brasil, já que acaba por estimular a burocratização e as exigências de caráter patologizante em relação à transexualidade dessas pessoas. A perspectiva dos direitos humanos seria eficaz para a concretização de políticas públicas competentes e eficientes para a população trans.

No ano de 2013, o então deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) propôs a criação de um Projeto de Lei denominado *Lei João W. Nery*, entretanto, por divergências políticas com o então Deputado Jair Messias Bolsonaro, Jean Wyllys teve que se exilar na Europa, fato que motivou o arquivamento do projeto.

Uma outra luta travada por homens trans é a inclusão nas políticas de combate à pobreza menstrual, tendo em vista que quando se fala de tal problemática, está diretamente relacionada às mulheres cis, de modo a esquecer que homens trans não hormonizados também menstruam, tais quais mulheres com



útero. Desta forma esta pauta também pertence aos homens trans, considerando que igualmente são vítimas do problema da pobreza menstrual.

Um levantamento, junto às experiências de mulheres, homens trans e pessoas não binárias de 14 a 24 anos, divulgado pelo *Espro* e pela *Inciclo* no ano de 2022 revela que 42% dos jovens que menstruam utilizam um absorvente ou protetor íntimo por mais tempo do que o recomendado, devido falta de condições financeiras. A pesquisa mostra ainda que as políticas de combate à pobreza menstrual devem existir e serem ampliadas para todas as pessoas que menstruam. Porém, o termo “pessoas que menstruam” tem sido alvo de críticas da vertente feminista radical e da filósofa contemporânea Djamila Ribeiro à medida que pessoas trans têm ganhado visibilidade, protagonismos e ocupado poucos espaços de poder. Podem ser citadas como exemplos de protagonismo e representatividade Megg Rayara, primeira travesti negra a se tornar professora doutora da Universidade Federal do Paraná e Luma de Andrade, a primeira travesti a conseguir o título de doutora no Brasil, atualmente lotada no colegiado de Pedagogia e Diretora do Instituto de Humanidades da UNILAB-CE, o maior da instituição.

No artigo designado *Nós, mulheres, não somos apenas 'pessoas que menstruam'* (2022) publicado na Folha de São Paulo, Djamila Ribeiro interpreta o termo “pessoas que menstruam” como uma forma de apagar as mulheres e, não de incluir outros tipos de corpos na categoria. Essa forma de interpretação pode estimular o preconceito e a pobreza menstrual em corpos que não são cisgêneros. Além disso, o uso do termo não tem a intenção de excluir, ao contrário, a intenção é incluir as diversas realidades para que a característica “uterina” não seja entendida como uma característica pertencente unicamente de mulheres cis.

Dessa forma, Ribeiro (2022) demonstra total desconhecimento com a causa trans, principalmente acerca da produção teórica sobre pessoas trans, feita inclusive por pessoas trans que contribuem sobremaneira, para um melhor embasamento de tais questões. Considerando que a categoria de pessoas trans busca inclusão e reconhecimento nas questões reprodutivas e pobreza menstrual, na verdade, não há exclusão e sim interseccionalidade, como contraditoriamente, cita a própria RIBEIRO, ao exemplificar a intersecção de opressões em relação às mulheres negras.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita deste artigo buscou apontar de que forma se dá a construção da transmasculinidade na vida de um homem trans, destacando que as vivências são únicas, portanto, não se aplicam as regras ou requisitos para deslegitimar vivências distintas. Além disso, o artigo salienta a importância dos direitos civis e políticas públicas para a população trans, ao mostrar que a falta destas se dá pela pouca visibilidade e pela marginalização impostas a tais corpos.

O artigo traz a temática das transmasculinidades refletindo sobre como homens trans as constroem desde a infância, tendo em vista que a transmasculinidade é uma masculinidade subalternizada e deslegitimada pela masculinidade hegemônica. Ao tempo que revela a importância dos vínculos familiares e o apoio do ambiente educacional para a formação de autoestima.

Ademais, a construção deste artigo permitiu refletir sobre as vivências e diferenças de (trans)masculinidades, a conquista de direitos e retrocessos vivenciados na sociedade brasileira, aliando às experiências de João, bem como às vivências do autor deste trabalho com o intuito de analisar os parâmetros regionais, temporais e geracionais.

Outro aspecto suscitado a partir das reflexões da autobiografia de João W. Nery é antes de tudo fazer um balanço mostrando o que mudou e o que ainda precisa transformar no Brasil para que as pessoas trans sejam tratadas com a dignidade que merecem. Além disso, podemos entender melhor as relações familiares e sociais de homens trans, especialmente no que toca à transição de gênero, os conflitos e os acolhimentos. Revela ainda, a grande importância do João Nery no ativismo trans Nery, bem como de seu legado de luta e resistência.

As reflexões feitas para a escrita deste artigo apontam, ainda que provisoriamente, a manutenção de algumas violências praticadas contra pessoas trans, tanto pela estrutura social quanto pelas instituições, ainda que tenha havido avanços significativos. Evidenciou-se que timidamente as pessoas trans têm ocupado alguns espaços de destaque e protagonismo.

No entanto, faz-se necessária a criação de políticas públicas e leis que combatam a transfobia, o sexismo e todas as formas de opressão, à medida que vivemos em um país com muitas assimetrias dos gêneros nas relações de poder. Isso se expressa no fato de ser o Brasil o país que mais mata a população trans.

Urge melhorias no que toca às políticas públicas, especialmente no desenvolvimento de um censo que considere a existência do grupo LGBTQIA+ dentro da população brasileira, já que a maior pesquisa censitária realizada no país não coleta adequadamente informações sobre essa população. Deste modo, esperamos que as reflexões aqui referidas sirvam para conscientização da negligência por parte do Estado perante a dignidade e as vidas trans. De igual modo esperamos que o artigo colabore no combate à transfobia e ao machismo, assim como sirva de alerta para famílias de pessoas trans, a fim de melhor entender as questões relativas às pessoas trans e sua luta diária por dignidade e sobrevivência.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina, v. 20, p. 513-523, 2012.

ALMEIDA, Miguel Vale. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário antropológico*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 161-189, 1996.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de Doutorado em Educação. UFC: Ceará. 2015.

ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. UFSC: Santa Catarina, 2014.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BENEVIDES, G. Bruna; NOGUEIRA, N. B. Sayonara. (Orgs). Dossiê dos Assassinatos e da violência contra pessoas TRANS em 2019. Brasília: ANTRA-Brasil. 2017, 2019.

BENEVIDES, G. Bruna; NOGUEIRA, N. B. Sayonara. (Orgs). *Dossiê dos Assassinatos e da violência contra pessoas TRANS em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Bahia: EdUFBA, p. 187-189; p. 221-224, 2017.

BIDIMA, Jean-Godefroy. *Da Travessia: contar experiências, partilhar o sentido*. Tradução para uso didático por Gabriel Silveira de Andrade Antunes. v. 28, 2002.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria Nº 457, de 19 de agosto de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://encurtador.com.br/dnpRY> Acesso em: 26 de outubro de 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Brasília, 2013. Disponível em: <http://encurtador.com.br/kquFT> Acesso em: 6 de dezembro de 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

CARDOSO, Thomas Victor Barreto. Quem enxerga a criança trans? Memórias de um menino transgressor. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*. Mato Grosso: v. 3, n. 9, p. 204-212, 2020.

Casa de adolescente transgênero é apedrejada após ele reivindicar ser chamado pelo nome social em escola na Bahia. *Portal G1: Bahia*, 2022. Disponível em: <http://encurtador.com.br/cCIR7> Acesso em: 22 de junho de 2022.

CERIBELLI, Renata; LATTA, Bruno Della. *Trans: Histórias reais que ajudam a entender a vida das pessoas transexuais desde a infância*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

CINTRA, Cauã; CARMO, Rafael. CUNHA, Flávia S; FERREIRA, Luca; CHIBA, Julian. *Saúde do Homem Trans e Pessoas Trans Masculinas*. Edição 1, Rio de Janeiro: Editora: Rede Nacional de Pessoas Trans-Brasil, 2018.

CONCEIÇÃO, Joalice. *Irmadade da Boa Morte e Culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e Performances Negras*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. *Tradição, sexismo e masculinidade subalternizada nas irmandades negras*. In: Afrancio F. Dias, Ana Claudia L. Pacheco. (Org.). *Gênero, Trans Multidisciplinar*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

DE ARAÚJO, Samuel Moreira; DE ALMEIDA, Neil Franco Pereira. Transexualidade masculina na educação: o estado da arte da produção teórica brasileira. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 29, p. e021021-e021021, 2021.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade e Estado*: Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista*. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2020.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora Ltda, 2016.

MORELLI, Fabio. Os CISTemas das mídias digitais: notas sobre a perspectiva de um homem trans sobre os aplicativos voltados ao público gay. *Revista Periódicus*, Bahia, v. 1, n. 9, p. 400-418, 2018.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

NERY, João W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

NERY, João W.; MARANHÃO FILHO, E. M. D. A. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. (In)Visibilidade Trans 2. *História Agora*, v. 16, nº 2, p. 139-165, 2013.

NEVES, Benjamin de Almeida. *Hospitalidade transmasculina e envelhecimento: redes de conversações na/com a saúde e a educação*. Tese de Doutorado em Educação. UERJ: Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA PREU, Roberto; BRITO de, Carolina Franco. A questão trans no cenário brasileiro. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 10, p. 95-117, 2018.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da viagem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. *Manifesto contrassexual: políticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

SOUZA, Érica. *Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans/transmasculinos*. Minas Gerais: UFMG, 2015.

RIBEIRO, Djamila. *Nós, mulheres, não somos apenas 'pessoas que menstruam'*. São Paulo: Folha de São Paulo. 2022. Disponível em: <http://encurtador.com.br/svMVY> Acesso em: 4 de dezembro de 2022.

ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. D. T. A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer? *Pensando famílias*, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, 37-51, 2018.